

# INFORMATIVO DA FRENTE PARLAMENTAR DO SETOR QUÍMICO, PETROQUÍMICO E PLÁSTICO DO BRASIL

“Não existe país forte sem Indústria Química, Petroquímica e Plástico Competitiva”

Deputado Federal Vanderlei Siraque



Informativo da Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, Ano II, nº XLI

## Estudo inédito traça raio-X da indústria química no Grande ABC



A Indústria Química no Grande do ABC (SP) é responsável por 13,7% do faturamento do setor no Brasil, o equivalente a 49,5 bilhões de reais ao ano. Composto por 1.130 empresas, o segmento gera 50.139 empregos, cuja remuneração média é de R\$ 3.038,00/mês – 2,3 vezes maior do que a média da indústria de transformação no país. A indústria química contribui de forma altamente positiva para o desenvolvimento econômico local, proporcionando um VAF (Valor Adicionado Fiscal) superior a R\$ 10 bilhões por ano aos municípios do ABC. Porém, apesar do caráter estratégico, vem perdendo peso, representatividade e produtividade ao longo da última década, pois não atrai novos investimentos e empresas, crescendo em um ritmo mais lento do que a média do Brasil.

Os dados estão no estudo exclusivo, realizado pela consultoria Maxiquim, apresentado na quarta-feira (06/05), em Santo André (SP), com a presença do deputado federal e presidente Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, Vanderlei Siraque (PT/SP); do prefeito de São Bernardo do Campo e presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, Luiz Marinho (PT/SP); Marcelo Lyra, vice-presidente de Relações Institucionais e Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Marcelo Cerqueira, vice-presidente da Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem; e João Luiz Zuñeda, sócio da Maxiquim.

Intitulado **“A importância da indústria química no desenvolvimento econômico do Grande ABC”**, o material tem por objetivo estimular o debate sobre as melhores formas de vencer os atuais desafios da indústria nacional. O levantamento aponta os impactos positivos do setor para toda a cadeia produtiva. Foi desenvolvido com apoio da Frente Parlamentar, da Braskem e do Consórcio Intermunicipal.

**“O estudo é um importante e valioso instrumento para a proposição de novas políticas para o setor, especialmente para a indústria**

**automobilística”**, avalia o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar, Vanderlei Siraque (PT/SP). O parlamentar ressalta as novas perspectivas apresentadas pelo estudo, como por exemplo, a criação de 300 mil novos empregos até 2029 na indústria química, a utilização das reservas do pré-sal com produção de derivados e o desenvolvimento de novos produtos em química fina, especialidades plásticas e químicos verdes.

**“Este é um diagnóstico muito importante, que dará condições para empresas e poder público trabalharem com a realidade que se apresenta”**, ressaltou o prefeito de São Bernardo do Campo e presidente do Consórcio. Ele destacou os investimentos para desenvolver a indústria aeronáutica, de gás e petróleo, além de fomentar a já consolidada indústria automobilística no município.

**“O estudo mostra o peso do setor químico e as oportunidades oferecidas além do Polo Petroquímico do Grande ABC. A região é fundamental para os negócios da Braskem e, por isso, lutamos pelo crescimento sustentável por meio de inovação e fortalecimento de novas cadeias produtivas”**, afirma Marcelo Lyra, vice-presidente de Relações Institucionais e Desenvolvimento Sustentável da Braskem.

Realizado durante seis meses, o estudo foi desenvolvido a partir de uma coleta de dados relacionados às empresas e governos municipais, seguido de uma análise com foco no desenvolvimento econômico e social. No diagnóstico foram consideradas as oportunidades favoráveis para crescimento futuro em diferentes indústrias como aeroespacial, petróleo e gás, química, automobilística e construção civil.

Além disso, o compilado de informações apresenta cinco principais resultados, que demonstram o impacto positivo da cadeia na estrutura socioeconômica do ABC: faturamento das indústrias locais, riqueza gerada aos municípios, número de empresas na cadeia química, quantidade de empregos ofertados e remuneração média do setor.

**“O desenvolvimento e a inovação das indústrias do ABC têm resultado em novas oportunidades de negócios para diferentes segmentos de mercado. Estamos investindo no desenvolvimento de novas especialidades químicas de alto valor agregado, visando atender às necessidades atuais dos clientes e atrair novos negócios na região do Grande ABC”**, conclui Marcelo Cerqueira, vice-presidente da Unidade de Petroquímicos Básicos da Braskem.

**AÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL** - A Frente Parlamentar em Defesa da Competitividade da Cadeia Produtiva do Setor Químico, Petroquímico e Plástico do Brasil, criada em 2012, é a evolução histórica de diversas outras iniciativas e ações. Seus objetivos hoje compreendem a defesa da competitividade da cadeia produtiva em todas as regiões e estados do Brasil em relação a outros países.

Brasília/DF: Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 574 – CEP: 70160-900 / Tel (61) 3215-5574 – Fax (61) 3215-2574 Tel(11) 4427-6588 – Fax(11) 2324-0555 dep.vanderleisiraque@camara.gov.br – siraque@siraque.com.br – www.siraque.com.br frente@quimicopetroplastico.com.br - www.frentequimicopetroplastico.com.br

Alexandre Toledo Deputado PSDB/AL / Antônio Imbassahy Deputado PSDB/BA / Arnaldo Jardim Deputado PPS/SP / Arthur O. Maia Deputado PMDB/BA / Cândido Vaccarezza Deputado PT/SP / Carlos Zarattini Deputado PT/SP / Edson Santos Deputado PT/RJ / Fernando Marroni Deputado PT/RS / Francisco Chagas Deputado PT/SP / Givaldo Carimbão Deputado PSB/AL / José Otávio Germano Deputado PP/RS / Luiz Alberto Deputado PT/BA / Manuela D'Ávila Deputada PC do B/RS / Marco Maia Deputado PT/RS / Newton Lima Deputado PT/SP / (Paulão) Paulo Fernando dos Santos Deputado PT/AL / Paulo Abi-Ackel Deputado PSDB/MG / Renan Filho Deputado PMDB/AL / Renato Mooling Deputado PP/RS / Ronaldo Zulke Deputado PT/RS

# Artigo: Um abismo entre defesa e protecionismo comercial, por Fernando Figueiredo, para o Valor Econômico.

A duras penas, o Brasil aprendeu que não são permitidos equívocos quando se compete em mercados de escala global. A concorrência travada por empresas e governos é árdua e muitas vezes acontece de forma desleal. As consequências para quem cochila são drásticas e podem custar empregos, a sobrevivência de ramos de atividade inteiros e até a própria soberania do país, quando se trata de setores estratégicos.

Se a situação já inspira vigilância sob condições normais, imagine o que acontece em circunstâncias de crise, com a quase totalidade dos países industrializados dispendo de grande capacidade ociosa. Com isso, fábricas do mundo todo, com destaque para os países asiáticos, com economia de escala e produção voltada prioritariamente ao exterior, praticam dumping em busca de oportunidades para manter seus empregos e o grau de utilização da capacidade, despejando seus produtos em mercados compradores. Diante das ameaças aos seus mercados, os empresários brasileiros lançam mão dos instrumentos legais de defesa comercial, como direitos antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas, que visam resguardar a indústria nacional de distorções do comércio internacional e assegurar uma competição justa entre produtores domésticos e estrangeiros.

## **A liderança do Brasil no número de pedidos de investigações reflete um novo momento institucional do país**

Não por acaso, relatório divulgado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) mostrou um aumento de 30% dos pedidos de abertura de processos de investigação de dumping em 2013. A notícia ganhou destaque no Brasil, dado que o país foi aquele que, pela primeira vez, mais fez pedidos de investigações, seguido, de perto, pela Índia e pelos Estados Unidos. Dos 54 pedidos de investigação de dumping iniciados no ano passado pelo Brasil, a China aparece como o principal alvo, em 16 pleitos. Os Estados Unidos estão na segunda posição, em nove processos.

Embora não imune aos seus efeitos, a economia brasileira resistiu bem à crise econômica mundial, como consequência o país se tornou alvo atraente aos excedentes de produção das economias mais afetadas. O aumento das importações brasileiras é prova disso. Tais importações, quando realizadas a preços desleais, fizeram as indústrias locais prejudicadas buscar por ferramentas disponíveis à sua defesa. Apenas como exemplo, em 2013, a balança comercial da indústria de manufaturados fechou com déficit de US\$ 105 bilhões, com alta de 11% sobre os US\$ 94 bilhões do ano anterior. No setor químico, foram US\$ 32 bilhões em saldo negativo na balança, acima dos US\$ 28 bilhões de 2012. O déficit comercial da indústria química, aliás, cresce ano a ano. Para comparação, esse saldo era de apenas US\$ 1,5 bilhão negativo em 1991.

Algumas análises mais apressadas interpretaram a informação do aumento de processos de investigação de dumping criticamente, relacionando-a com políticas de isolamento comercial, o que é uma confusão perigosa de ser feita. Há um abismo separando defesa e

***"Diante das ameaças aos seus mercados, os empresários brasileiros lançam mão dos instrumentos legais de defesa comercial, como direitos antidumping, medidas compensatórias e salvaguardas, que visam resguardar a indústria nacional de distorções do comércio internacional e assegurar uma competição justa entre produtores domésticos e estrangeiros", por Fernando Figueiredo (\*)***

protecionismo comercial. O primeiro é uma estratégia de garantia da saúde da concorrência e é utilizado principalmente em setores da economia que estão integrados em escalas globais. O segundo deriva de decisão política de isolar temporária ou permanentemente um setor em virtude de motivos que podem ser legítimos (para que ele se desenvolva até ter condições de competir) ou não (preservação de grupos pouco eficientes, por exemplo).

As ações antidumping integram os mecanismos de defesa comercial e têm como objetivo evitar que produtores nacionais sejam prejudicados por importações realizadas a preços de dumping, prática considerada como desleal no âmbito da OMC.

A aplicação de medidas de defesa comercial não é aleatória ou um capricho do empresário. Requer, no âmbito de um processo administrativo, que seja realizada uma investigação ampla e detalhada da prática de comércio desleal, com a participação de todas as partes interessadas, onde dados e informações fornecidos pelas empresas são verificados e opiniões são confrontadas. Com isso, o Departamento de Defesa Comercial (Decom) pode propor a aplicação de uma medida ou o encerramento da investigação. A investigação deve comprovar a existência de dumping, de dano à produção doméstica e denexo causal entre ambos. Esse procedimento está em consonância com os acordos internacionais, bem como com a legislação brasileira.

A liderança no número de pedidos de investigações exercida pelo Brasil não pode ser encarada como protecionismo simples. Na verdade, ela reflete um novo momento institucional do país, inaugurado pelo decreto presidencial nº 8.058/2013 e complementado por diversas portarias emitidas pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e pelo aumento do efetivo do Decom, do Ministério da Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Os novos instrumentos legais e a equipe reforçada desburocratizaram e tornaram mais céleres os pedidos de investigação de dumping, dando vazão a uma demanda reprimida de empresas e setores que sofriam há tempos com a concorrência desleal.

A indústria química, muito integrada ao mercado internacional, está se valendo desses instrumentos e obteve decisões favoráveis recentemente, o que é muito positivo para a preservação de toda nossa cadeia produtiva. Estão em vigor mais de dez medidas antidumping, que protegem segmentos importantes contra a concorrência desleal, tais como as indústrias domésticas de fenol, acrilato, borracha SBR, n-butanol, ácido cítrico, etalonaminas, entre outros.

O desafio agora é fazer com que as empresas menores percarn o receio de buscar esses instrumentos quando se acharem vítimas de práticas desleais. O Mdic propiciou um avanço institucional importante. Agora, é possível difundir uma cultura de concorrência leal. Não para provocar um enclausuramento, mas para promover um ambiente sadio de comércio e de desenvolvimento.

Fernando Figueiredo é presidente da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

***(\*) Artigo publicado no Jornal Valor Econômico, na edição Número 3.498 de, 6 de maio de 2014.***